



De Narciso ao *Big Brother*: Imagem e Exercício de Poder na Cultura Midiática¹

Ed Wilson Ferreira Araujo²
Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, MA

Resumo

O artigo apresenta uma abordagem histórica, da Antiguidade à Modernidade, sobre as etapas de evolução da imagem no processo de sociabilidade, enfatizando os aspectos econômicos e subjetivos do processo de afirmação da imagem na constituição do ser social. Os conceitos de disciplina e vigilância, à luz do panoptismo, são associados à obra literária “1984”, analisando a sua relevância no cenário midiático contemporâneo.

Palavras-chave

Imagem; vigilância; mercadoria.

Introdução

Câmeras ocultas, ou expostas, são presenças marcantes na vida do homem na contemporaneidade. Há sempre um olhar a observar vigilantemente a conduta nos mais diversos ambientes. Está em curso uma exacerbação da imagem na vida social, rompendo as fronteiras entre o público e o privado. A interação do homem com a imagem provoca um adestramento do olhar, uma “educação” para a imagem. Pessoas de todas as faixas etárias, principalmente crianças, estão plugadas a uma complexa rede de produção de bens simbólicos – a instituição midiática - formada por imagem, som e texto.

Os mecanismos primários de socialização, como a tradição oral e as múltiplas formas de relação familiar, cedem terreno a um aparato tecnológico em que predomina a imagem constituidora de uma nova dimensão de cultura – a midiática. Destaca-se nesse contexto a televisão como meio através do qual a sociabilidade é reorganizada, seja como objeto central no ambiente físico da casa ou como espaço de compartilhamento do cotidiano através do telejornalismo.

Analisar historicamente a evolução da presença da imagem como exercício de poder, enfatizando os aspectos econômico e psicológico, é o que propomos neste artigo, evidenciando o disciplinamento do olhar e a reorganização espaço-temporal à luz dos mecanismos eletrônicos de vigilância.

-
1. Trabalho apresentado no GT – Comunicação Audiovisual, do Inovcom, evento componente do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste.
 2. Professor Msc do Curso de Jornalismo da UFMA, e_mail: edwilson_araujo@yahoo.com.br



Narciso, Imagem e Paixão

No mito de Narciso, contado por Bulfinch (1965), há uma referência essencial para a elaboração de um percurso que permite analisar os elementos que potencializam a imagem na sociedade contemporânea. Chegada a juventude, brota em Narciso uma rara e esplendorosa beleza, motivando a atração apaixonada de muitas ninfas. Narciso, porém, não correspondia aos encantos e pedidos das pretendentes. Uma delas, Eco, enamorada do belo jovem, também foi rejeitada e definhou até a morte, tendo seus ossos incorporados aos paredões dos rochedos, dela só restando a voz.

Narciso atraiu a ira de muitas ninfas, igualmente desprezadas, que passaram a desejar a ele um amor não correspondido. Um dia, fatigado da caça, Narciso vai a uma fonte raramente freqüentada e curva-se sobre o espelho d'água, debruçando-se sobre sua própria imagem. Encantado com o que vira, Narciso apaixona-se e tenta em vão obter um sinal correspondente da imagem. Sentindo-se desprezado, sem poder comunicar-se com o seu outro espelhado, que sempre desaparecia quando ele mergulhava o braço na fonte, Narciso volta-se para si mesmo e morre.

A representação de Narciso e Eco é reveladora de dois componentes marcantes da comunicação na contemporaneidade: a imagem e o som. Observamos que, desde a Antigüidade Grega, a presença do olhar e da imagem configuram relações de poder, antes amorosas, mas que expressam pela primeira vez a manifestação do duplo, da cópia, do simulacro. O fato de ver a si mesmo causa uma reviravolta na relação do homem consigo mesmo e com os outros, desencadeando reflexos nas formas de convivência.

No campo da religiosidade, outras modalidades de culto a imagens também foram marcantes na Antigüidade e aperfeiçoadas pela Igreja Católica durante a Idade Média, a ponto de provocar reações como a Reforma Protestante propugnada por Lutero. No entanto, nas sociedades tradicionais, impregnadas de um conhecimento mítico-religioso, o poder e a autoridade do olhar, bem como o culto à imagem, ainda estavam associados a um ente universal, onipotente, onipresente e onisciente. Acima de todas as imagens e dos representantes do poder na terra (os reis e o clero) estavam o poder e o olhar divino, o olho de Deus.

Na modernidade, duas mudanças podem ser observadas com ênfase: o homem vai libertando-se da concepção do divino e, ao mesmo tempo, rompendo com a tradição



coletiva. Não mais o feudo, a tribo, o clã ou a pólis. O homem moderno é conquistador de uma autonomia libertadora inspirada no eu, no individualismo. O combustível de todas estas transformações pode ser buscado no Iluminismo.

Com a metáfora “fogosos cavalos de batalha”, referindo-se à ciência e à tecnologia, Goergen (2001) situa o Iluminismo no limiar de uma época em que a razão liberta o homem da dominação religiosa. O homem passou a ser o “timoneiro do seu próprio destino”, tomando como bússola a razão em busca de uma modalidade libertadora do autoritarismo religioso. Assevera Goergen:

O ideal continua sendo o da salvação, mas haviam sido substituídos os meios de alcançá-la. A redenção do homem passa a depender não mais do gesto generoso da divindade, mas da capacidade racional do homem de desvendar os segredos da natureza, descobrir suas regularidades e colocar estes conhecimentos a serviço do homem pela tecnologia. Cada vez mais, a salvação deveria ser procurada não no além, mas no aquém; cada vez mais, a felicidade deveria ser conquistada a partir dos recursos (racionais) próprios do homem. A modernidade é o processo de desencantamento da organização religiosa do mundo (2001, p. 16).

Goergen referencia o homem da Modernidade como dotado de consciência da capacidade racional de dominar a natureza e empregá-la na busca de solução dos seus problemas. Saindo do teocentrismo e da metafísica, afastando-se da verdade da Igreja e desembocando na cultura antropocêntrica, este novo pensar assentado nas idéias do Humanismo e do Renascimento tem como principal característica a ilimitada confiança na razão que garantiria à sociedade um futuro melhor, a fé na racionalidade e no progresso da humanidade, capaz de dar o salto de qualidade de um mundo menos desenvolvido para um mais desenvolvido.

As novas descobertas da ciência, as conquistas, os pensadores como Copérnico, Bacon, Descartes, Newton e Kant começam a fincar as bases dos tempos modernos, em que a cidade celestial poderia realizar-se na terra. “Com o progresso colocado como o novo *telos* da história, ‘modernidade’ adquire *status* messiânico que gera a visão de um futuro glorioso no qual se esgota todo o sentido do passado (2001, p. 14).”

O novo mundo projetado pelos tempos modernos a partir da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, com o avanço das idéias, da ciência, das atitudes e da técnica leva a uma nova civilização guiada pela emancipação e pela liberdade. No entanto, a razão iluminista encerra sua própria contradição. Na busca incessante pelo conhecimento



científico e tecnológico para dominar a natureza e transformá-la, o homem acaba utilizando as ferramentas do progresso técnico para dominar os outros homens. “A própria razão torna-se uma função da aparelhagem econômica que a tudo engloba. A razão serve de instrumento para a fabricação de todos os outros instrumentos do sistema (2001, p. 21).”

Os filósofos iluministas, ao formularem uma concepção de homem e de mundo com base na razão e no progresso científico-tecnológico, estavam semeando o terreno onde seriam plantadas as mudanças no campo econômico, muitas delas em curso, sendo operadas pela nova classe em ascensão – a burguesia. A razão iluminista ascendia simultaneamente às mudanças no modo de produção e de organização da sociedade.

Nesse novo contexto, os meios de comunicação viriam cumprir o papel de sociabilizadores dos enormes contingentes populacionais que se deslocaram para as cidades a fim de ingressarem na sociedade industrial; de adaptá-los, portanto, aos padrões de consumo deste novo mundo. As mudanças implementadas na Europa, logo que ecoaram os ventos da Revolução Industrial, iriam ter prolongamentos no resto do mundo, principalmente no que se refere à oferta de produtos para um mercado consumidor em vertiginosa expansão. Toffler contextualiza a situação:

Nos veículos de comunicação de massa, de jornal a rádio e televisão, encontramos mais uma vez encarnado o princípio básico da fábrica. Fatos padronizados para a massa, manufaturados para a massa, duplicatas de produtos padronizados fluem de umas poucas fábricas de imagens concentradas. Sem este vasto e poderoso sistema para canalizar a informação, a civilização industrial não poderia tomar forma ou funcionar com segurança (1980, p.48).

Observamos que, com a Revolução Industrial, começa a ser aplicado também no campo da comunicação o princípio fordista da administração do trabalho. O sistema de produção em massa de notícias e de outros bens simbólicos, a padronização e a multiplicação dos produtos em um sistema centralizado e burocratizado caracterizam um outro modelo de organização do espaço e do tempo. Este modelo requer, também, a adoção de uma mão-de-obra especializada para manejar as novas ferramentas de produção desse novo tipo de indústria emergente – a cultural.



Disciplina e Vigilância no Panóptico

O impulso narcisista é aperfeiçoado com a sociedade industrial e a descoberta de novas técnicas de produção de imagens. Na esteira da revolução científica e industrial, o crescimento das cidades impulsiona o desenvolvimento das técnicas de construção e da arquitetura, bem como as descobertas no campo da física e da química, com destaque para a utilização do vidro, como afirma Sodré:

O vidro, particularmente, com sua miraculosa transparência à luz e todo um conjunto de qualidades aproveitáveis pela técnica, favorece o desenvolvimento das pesquisas astronômicas (telescópios), químicas (microscópios, pipetas, tubos de destilação, etc) físicas (barômetros, termômetros, lentes) mas também o aperfeiçoamento de novas formas habitacionais e comerciais. O indivíduo começa a ver com perfeição a sua própria imagem...(1984, p. 20).

A adoção do vidro também manifesta uma necessidade de transparência, exaltada tanto nos ideais iluministas da Revolução Francesa quanto na eliminação dos antigos modelos de repressão instaurados na era medieval. A transparência invocada pelas “luzes” revolucionárias implicava o fim das masmorras, dos segredos encastelados, das sombras dos mosteiros, dos esconderijos e do ar de conspiração do Antigo Regime. Era preciso vir à luz uma nova forma de organização do espaço e do tempo e isso se refletia também na arquitetura, nos aparelhos e mecanismos de repressão.

As técnicas grotescas de repressão, como a tortura e as prisões em lugares insalubres, seriam substituídas por novos modelos inspirados na disciplina, uma emergente modalidade de organização do espaço e de controle do tempo. Assim, o homem moderno apropria-se da razão e da tecnologia como esferas de produção de poder e de saber. Em seus estudos sobre disciplina e vigilância, com base na observação da organização dos exércitos, prisões, hospitais, hospícios e conventos, Foucault (1987) faz referência a uma criação fundamental para o entendimento do olhar como exercício de poder na modernidade – o panóptico – máquina de vigilância projetada por Jeremy Bentham, um dos principais pensadores do Iluminismo.

O panóptico (olhar panorâmico) foi concebido como modelo arquitetônico exemplar de vigilância. A engenharia tem por fundamento uma perfeita absorção dos vigiados pelo vigilante a partir de uma estrutura de poder baseada numa torre central cercada por uma construção em anel. Da torre, janelas largas se abrem para a parte interna do anel, onde ficam as celas. Estas atravessam toda a espessura do anel e contêm duas janelas: uma



externa e outra interna. A externa primeira permite que a luz atravesse totalmente a cela e a segunda é aberta para a torre, onde está centralizado o esquema de vigilância. A idéia de Bentham é tida como magnífica por Foucault:

O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegeia. A visibilidade é uma armadilha (1987, p. 166).

O panóptico é analisado por muitos autores como uma sofisticada máquina de poder que inverte os princípios de disciplina e vigilância até então adotados pelas técnicas repressivas e de uso da força, típicas da Era Medieval. A sofisticação da vigilância é delegada à organização do espaço, na qual o olhar desempenha um papel fundamental. Mas o poder do olhar só é manifestado porque a construção do panóptico permite a ascensão da luz, num contraponto às sombras dos mosteiros e à escuridão das solitárias. O panóptico visa à exposição da imagem do vigiado pela presença da luz. Expressão de poder do olhar, a máquina de Bentham manifesta a dominação do vigilante sobre o vigiado, numa relação em que este está a todo momento sob a disciplina daquele. Não há uma troca de olhares, porque o vigiado não vê, é somente visto e introjeta em si a repressão do olhar do outro. O sistema acaba instituindo uma rotina através da qual a disciplina e a vigilância passam a ser feitas pelo próprio vigiado, ao saber que a todo tempo está sendo observado, como sugere Foucault:

Ao lado da grande tecnologia dos óculos, lentes, dos feixes luminosos, unida à fundação da física e da cosmologia novas, houve as pequenas técnicas das vigilâncias múltiplas e entrecruzadas, dos olhares que devem ver sem ser vistos; uma arte obscura da luz e do visível preparou em surdina um saber novo sobre o homem, através de técnicas para sujeitá-lo e processos para utilizá-lo (1987, p. 144).

Tida por muitos autores como um magnífico exemplar de manifestação do poder do olhar, a criação de Bentham expressa um mecanismo de coerção em que a violência manifesta-se através do exercício exacerbado do olhar. Ao saber que é visto ininterruptamente sem poder ver, o ser da cela do panóptico alimenta a disciplina exercida pelo olhar e estabelece sua própria sanção. O vigiado é objeto de um jogo de



olhares em que ele não participa, ou atua somente como alvo de um dispositivo projetado para manifestar poder.

Os Olhos e Ouvidos do Grande Irmão

Sobre esse tema, cabe ainda fazer referência a um correlato sistema de vigilância. Trata-se da obra de ficção literária de George Orwell, cujo nome verdadeiro era Eric Blair. Autor de “A revolução dos bichos”, Orwell escreveu também o livro “1984” (1978). Ambos acentuam a crítica às tentativas de implantação do socialismo no leste europeu, enfocando o centralismo democrático e a concentração de poder dos partidos comunistas.

“1984” seria o ano em que o mundo estava dividido em três superestados (Oceania, Eurásia e Lestásia), após a revolução que catapultou ao poder o líder máximo denominado Grande Irmão, a personificação do Partido. Todo o desenrolar da obra se passa na Oceania, onde vive o militante e personagem central Winston. Na hierarquia do sistema, havia em primeiro plano o Grande Irmão; depois, o Partido Interno, formado pela elite privilegiada de burocratas; e mais abaixo o Partido Externo, composto por operários executores. Fora da estrutura do Partido estavam os proles, a grande massa que correspondia a quase 80% da população, desprovida de qualquer assistência ou de relação com a estrutura de poder da Oceania. Os proles eram considerados inferiores.

Há um aspecto em que a ficção de Orwell tem semelhanças com a máquina de poder idealizada por Bentham. Em ambas predomina o exercício dominador do olhar. Em “1984”, todos os ambientes sob a área de influência do Partido são controladas por um aparelho denominado “teletela” – uma placa metálica retangular, semelhante a um espelho fosco, embutida nas paredes de todas as residências e repartições, órgãos públicos, praças, logradouros, ruas, avenidas, banheiros; enfim, por todos os espaços públicos e privados. A vigilância pretendia-se total. Recebendo e transmitindo simultaneamente, a teletela era capaz de captar qualquer ruído ou movimento, observando a todos ao mesmo tempo. Ela podia ter o volume reduzido, mas jamais era desligada. Os sons e os movimentos dos integrantes do partido eram meticulosamente observados, salvo no escuro. O sistema de vigilância era completado por cartazes do Grande Irmão, espalhados também por todos os lugares, exibindo um homem bigodudo de olhos negros com a frase: “o Grande Irmão zela por ti”.



A teletela funcionava como principal meio de comunicação entre o Grande Irmão e os membros do Partido. O aparelho apresentava notícias 24 horas, música, aulas de ginástica para os militantes, comandava o ritual de canto do hino da Oceania (o qual todos tinham de louvar de pé, em frente à teletela); enfim, era a expressão do Grande Irmão e dos interesses do Partido.

A disciplina e a obediência à teletela eram totais. Todos os integrantes do Partido tinham de olhar com entusiasmo à placa. Qualquer sinal de descontentamento poderia ser interpretado como traição ao Grande Irmão e levar o militante à morte. Uma expressão facial imprópria, que acusasse incredulidade nas notícias ou mensagens da teletela, poderia ser punida. No idioma da Oceania, a “novilíngua”, uma simples movimentação labial que indicasse reprovação ao Grande Irmão chamava-se “facecrime”.

Diante da teletela, consistia em falta grave deixar os sentimentos serem revelados na fisionomia ou na postura do corpo. As teletelas vigiavam com mais intensidade os banheiros. Descrevendo a angústia de Winston, Orwell revela: “A menor coisa poderia denunciá-lo. Um tique nervoso, um olhar inconsciente de ansiedade, o hábito de falar sozinho – tudo que sugerisse anormalidade, ou algo de oculto (1978, p. 61).”

A exacerbação do poder do olhar, da vigilância e da disciplina, sedimentadas numa obediência total ao Grande Irmão, visavam atender a uma das metas essenciais do Partido: controlar as mentes e extinguir qualquer possibilidade de pensamento independente. Para cumprir esta meta, a doutrina partidária sacramentava que todas as tiranias do passado foram fadadas ao insucesso porque foram incapazes de manter os seus cidadãos sob constante vigilância.

É justamente contra este controle que Winston se rebela. Só havia um lugar, no seu apartamento, em que a teletela não captava a sua imagem – a reentrância junto a uma das paredes, onde deveria ser uma estante de livros. Fora do alcance da teletela, no pouco tempo que lhe sobrava das atividades burocráticas do Partido, Winston pensava e escrevia, subvertendo as regras do Grande Irmão. Como parceira de subversão, Winston passa a ter um caso de amor com a militante Júlia, com quem se encontrava clandestinamente. Um dia, o romance e a traição ao Grande Irmão são descobertos por uma teletela, num lugar onde jamais imaginavam haver o dispositivo de vigilância. Submetidos às torturas da Polícia do Pensamento, Winston e Júlia são desfigurados. Ao final de inúmeras sessões de terríveis mutilações físicas e psicológicas, Winston é assassinado com um tiro no crânio, antes de declarar que amava o Grande Irmão.



A obra ficcional de Orwell ilustra uma das séries de maior popularidade e audiência da televisão brasileira: o Big Brother (Grande Irmão). Coincidentemente, um sistema de vigilância através de câmeras observa ininterruptamente o comportamento de pessoas dentro de uma casa, da qual só sairá um vencedor premiado com uma grande soma em dinheiro. O jogo consiste em fazer com que os concorrentes passem a conviver 24 horas sob a vigilância das câmeras, submetidos a um sistema de eliminação no qual a população escolhe quem deve ser excluído a cada semana, e assim sucessivamente, até que reste só um ganhador.

Os idealizadores do programa tentam aplicar o princípio da interatividade, tão em voga nos meios de comunicação, em que o público participa das decisões, através do voto por telefone. A cada semana, duas pessoas são colocadas à disposição da audiência e um deles é escolhido (para ser excluído) através de uma espécie de plebiscito eletrônico. Através de ligações telefônicas, captadas por uma central, a população vai eliminando um a um. Para não ser eliminado, o participante lança mão de todas as manobras e sutilezas psicológicas visando criar empatia com o público. Quanto mais simpático perante a audiência, mais possibilidade de sair vencedor.

O Big Brother aplica o princípio da vigilância do olhar eletrônico das câmeras de televisão para agir sobre o corpo, adestrando os gestos e as falas, regulando as normas comportamentais. Jogando os participantes numa guerra de todos contra todos, ultrapassando os limites da ética, a vigilância do olhar das câmeras nivela por baixo os discursos, reforçando o individualismo e a corrida desenfreada pelo prêmio milionário. A imagem, mais uma vez, é colocada como elemento de disciplina e hierarquia na constituição do social.

Imagem e Poder na Contemporaneidade

Na contemporaneidade há uma “educação” para a imagem. A arquitetura das cidades, o designer da era pós-industrial e a disposição das informações colocam para o indivíduo uma necessidade de educar-se para o turbilhão de informações moldadas pelo complexo constituído por som, texto e imagem.

Na sociedade pós-industrial, os indivíduos são instados a pautar o comportamento, as atitudes, o orçamento, os procedimentos, as opções de lazer, o trabalho e até o sexo numa constante interação com os chamados meios de comunicação de massa. A imagem, o som e o texto - organizados num complexo de produção, distribuição e



consumo - passam a moldar e orientar estética e eticamente diversas dimensões do social. Este social, entretanto, está articulado a uma base econômica cujas raízes estão na constituição da modernidade e nas transformações que ocorreram na esteira da transição do feudalismo para o capitalismo.

Retomando o mito de Narciso e Eco, projeta-se o homem da sociedade pós-industrial mergulhado numa ambiência em que a imagem e o som, acoplados ao texto, compõem uma instância reguladora das massas, caracterizada por novas formas de poder e de organização do tecido social. Estas transformações ocorrem simultaneamente às modificações operadas no âmbito do capitalismo financeiro. A sociedade produtora de mercadorias acentua a elaboração de um tipo específico de mercadoria – a informação e o saber voltados para a esfera da cultura.

Este complexo formado por diversos tipos de mídia impressa, sonora e visual opera mobilizando e integrando os contingentes populacionais, ocupando um posicionamento estratégico que dá aos meios de comunicação o estatuto de gestores ou administradores da vida social. No plano econômico, a organização midiática opera formando poderosos conglomerados responsáveis pela canalização e centralização de grandes fluxos de capital e, simultaneamente, como produtora e difusora de conteúdos ideológicos. Atuando ao mesmo tempo na esfera do mercado e da hegemonia, o campo midiático dissemina uma lógica de produção de mercadorias formatadas em sons, textos e imagens veiculadas numa infra-estrutura de redes de telecomunicações cada vez mais sofisticada.

A cibernética e as telecomunicações possibilitam o reordenamento das produções e da transmissão de mensagens textuais e audiovisuais. É um tempo de instantaneidade e de simultaneidade, facilitando o fluxo de informações digitalizadas em forma de mercadoria. A comunicação midiática – marca da época contemporânea – impõe uma lógica múltipla de circulação de mercadorias.

A forma de comunicar é alterada em vários aspectos. O homem passa da convivência à televivência (vivência à distância = tele), conforme Rubim (1999). Há um intermediário que media e torna as transmissões instantâneas, transportando ambientes, cenas, fatos e situações. A mediação operada pelo espectro midiático tem como intermediário somente a forma mercadoria, acelerada e codificada pelas mais sofisticadas técnicas de produção de sons, textos e imagens.



Esta reviravolta só é possível porque a comunicação midiática cria uma gestão da informação baseada na televivência e no simulacro, o duplo, a cópia, o “segundo batismo das coisas”, conforme Melo:

Os meios de comunicação de massa significam, na sociedade de consumo, o máximo de sofisticação técnica, no processo não só da elisão do real, mas de produção de uma imagem perfeita que o dispensa. No lugar do real, o mais que real: o simulacro hiper-real (1988, p. 151).

A mobilização constante do olhar através de dispositivos eletrônicos tem várias implicações. Uma delas, mais forte, é a quebra da fronteira entre público e privado, seja através dos conteúdos jornalísticos ou nos programas de entretenimento voltados para fustigar a vida das personalidades famosas. Nesse caso, a busca da perfeição das formas tem levado a uma corrida incontrolável por métodos de emagrecimento à base de dietas, exercícios físicos e cirurgias plásticas, evidenciando no corpo o princípio essencial da mercadoria.

A imagem corporificada e o corpo imaginário estabelecem uma relação de dependência mútua, essencial para manter e vender os estatutos da apresentação, da representação e do reconhecimento público. Ao sentimento narcísico, ao ver a si mesmo, soma-se uma outra sensação: a de saber que está sendo visto. Se a vigilância, por um lado, serviu para reprimir, como no dispositivo panóptico de Bentham; por outro, exacerba a visibilidade pública. Então, o Grande Irmão (Big Brother) não é mais aquele que vigia para controlar e punir, mas o que vigia para premiar.

Considerações Finais

A fascinação da (e pela) imagem perpassa várias etapas de constituição da sociabilidade humana, mas é na contemporaneidade que o poder político do olhar manifesta-se de forma incisiva. O exercício do olhar e o culto à imagem (no duplo sentido que a palavra culto expressa: religioso e estético), estão presentes na Antigüidade nos mitos de Narciso, Édipo-Rei e Eros e Psiché.

Narcisismo e voyeurismo, como exercícios do olhar, revelam num plano psicológico as manifestações da libido e do individualismo, este último colocado em posição preponderante na modernidade. Com o vidro o indivíduo passa a ver melhor a si



mesmo. E a tela da televisão passa a ser a superfície que reflete o real produzido pelas sofisticadas técnicas de manipulação de sons e imagens.

Assim, a cultura midiática altera profundamente o tecido social no processo de transição das sociedades simples para as complexas. Se naquelas perpassava o contato direto do indivíduo com as circunstâncias e o indivíduo era mediado pela cultura inscrita nele próprio e nos limites de sua convivência, nas sociedades complexas, além do contato direto, é acentuado o contato indireto através da mediação dos aparatos tecnológicos de comunicação.

A comunicação midiática baseia-se na mediação das relações sociais possibilitada por um modelo novo de organização da sociedade, em que a imagem passa a ocupar lugar de destaque na interação entre as pessoas, das pessoas com as instituições e das instituições com outras instituições no âmbito de um modo de produção marcado pela competitividade e pelo individualismo.

Essas características marcantes na escalada capitalista são remodeladas na teia midiática ganhando novos contornos. Assim, o estatuto da imagem é uma sofisticada mola propulsora de ingredientes subjetivos e objetivos a serviço do capital, ora na disposição das mercadorias expostas nas vitrines, ora na própria corporificação do ser humano mutado em mercadoria.

Preso à sua própria imagem, o homem contemporâneo olha a si próprio como se estivesse diante de um outro – uma representação de si mesmo.

REFERÊNCIAS

BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia**: histórias de deuses e heróis. Rio de Janeiro, Editora Tecnoprint, 1965.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.

GOERGEN, Pedro. **Pós-modernidade, ética e educação**. Campinas, Autores Associados, 2001.

MELO, Hygina Bruzzi de. **A cultura do simulacro**: Filosofia e modernidade em Jean Baudrillard. São Paulo, Edições Loyola, 1988.

SODRÉ, Muniz. **A máquina de Narciso**: televisão, indivíduo e poder no Brasil. Rio de Janeiro, Achiamé, 1984.



ORWELL, George. **1984**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Mídia e política no Brasil**. João Pessoa, Editora Universitária (UFPB), 1999.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. Rio de Janeiro, Record, 1980.